

CONEXÕES INCLUSIVAS: CAMINHOS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PARA TODOS

INCLUSIVE CONNECTIONS PATHS AND CHALLENGES OF DISTANCE EDUCATION FOR ALL

Lucimar Leite de Andrade

Must University, Estados Unidos

Edineia Ferreira de Moraes

Must University, Estados Unidos

Geovanni Luigi Guedes de Oliveira

Must University, Estados Unidos

Jeferson Raimundo de Moura Firmino Peres

Must University, Estados Unidos

Irineia Pereira de Sousa

Must University, Estados Unidos

Maria do Carmo Amorim

Must University, Estados Unidos

Juliane Aparecida Pereira Borges

Must University, Estados Unidos

ISSN: 1518-0263

DOI: <https://doi.org/10.46550/1np2e507>

Publicado em: 07.06.2025

Resumo: A Educação a Distância vem se consolidando como alternativa viável para democratizar o acesso ao ensino superior, especialmente entre públicos historicamente excluídos. A proposta deste estudo é analisar como essa modalidade tem favorecido práticas de inclusão educacional, com foco em estudantes com deficiência e grupos socialmente vulneráveis. O objetivo geral consiste em compreender de que modo a EaD pode se constituir em uma prática transformadora. Para isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, com base em produções acadêmicas disponíveis nas plataformas CAPES e SciELO. Os resultados apontam que, embora existam barreiras técnicas e pedagógicas ainda persistentes, a adoção de tecnologias assistivas, a flexibilização metodológica e a personalização do ensino têm ampliado as possibilidades de acesso e permanência desses estudantes. Conclui-se que a inclusão na EaD depende não apenas de dispositivos tecnológicos, mas de um compromisso político-pedagógico com a equidade. A pesquisa indica caminhos para futuras investigações que aprofundem a articulação entre tecnologia, acessibilidade e justiça educacional.

Palavra-chave: Educação a distância. Inclusão educacional. Acessibilidade digital. Tecnologias assistivas. Ambientes virtuais de aprendizagem.



Abstract: Distance Education has become a viable alternative for democratizing access to higher education, particularly among historically marginalized groups. This study aims to analyze how this modality has fostered inclusive educational practices, focusing on students with disabilities and socially vulnerable populations. The general objective is to understand how distance learning can serve as a transformative practice. A bibliographic research was conducted, based on academic sources available on the CAPES and SciELO platforms. The results reveal that, despite persistent technical and pedagogical challenges, the use of assistive technologies, methodological flexibility, and personalized instruction have expanded access and retention for these students. It is concluded that inclusion in Distance Education depends not only on technological tools but also on a political-pedagogical commitment to equity. The study points to avenues for future research that deepen the relationship between technology, accessibility, and educational justice.

Keywords: Distance education. Educational inclusion. Digital accessibility. Assistive technologies. Virtual learning environments.

1 Introdução

Nas últimas décadas, a expansão da Educação a Distância (EaD) no Brasil tem gerado transformações significativas no cenário educacional, especialmente no que se refere ao acesso ao ensino superior por populações historicamente excluídas. A modalidade, mediada por tecnologias digitais e flexível em sua organização pedagógica, se apresenta como alternativa promissora para enfrentar desigualdades territoriais, econômicas e sociais que ainda marcam o sistema educacional brasileiro. Esses avanços vêm exigindo novas formas de organização institucional e reflexões sobre o papel da EaD na democratização do conhecimento.

A relevância do tema se intensifica quando se considera o direito à educação como princípio constitucional e o compromisso com uma sociedade inclusiva, diversa e equitativa. Nesse contexto, a EaD emerge não apenas como uma resposta à demanda por vagas, mas como um campo fértil para a construção de práticas educacionais que promovam a inclusão. A possibilidade de superar barreiras físicas, temporais e pedagógicas tem atraído estudantes com deficiência, moradores de áreas rurais, mulheres em situação de vulnerabilidade, entre outros grupos. Essa diversidade de perfis revela a importância de repensar estratégias para garantir efetiva participação de todos nos processos educativos.

É nesse horizonte que se insere a presente pesquisa, ao indagar: de que maneira a Educação a Distância tem promovido a inclusão educacional e quais os desafios encontrados para efetivar tal proposta? A problematização parte da compreensão de que o simples acesso a um curso não garante, por si só, a equidade no processo formativo. É necessário analisar os recursos disponíveis, as metodologias adotadas, os suportes oferecidos e as políticas institucionais que sustentam (ou não) o percurso acadêmico desses sujeitos. A análise crítica desses elementos poderá revelar lacunas estruturais e apontar caminhos para melhorias.

O objetivo geral deste estudo é analisar como a Educação a Distância tem contribuído para a promoção da inclusão educacional, com foco em estudantes com deficiência e populações socialmente vulneráveis. A partir disso, busca-se, como objetivos específicos, investigar as estratégias pedagógicas e tecnológicas utilizadas nos cursos EaD para favorecer a acessibilidade e identificar os desafios enfrentados por esses estudantes nos ambientes virtuais de aprendizagem.

Esses objetivos guiam a estrutura analítica do trabalho e fundamentam a relevância científica da investigação.

A metodologia adotada baseia-se em pesquisa bibliográfica documental, de caráter qualitativo, fundamentada na análise de artigos científicos disponíveis nas plataformas da CAPES e da SciELO. A seleção dos textos utilizou descritores específicos e seguiu critérios de pertinência temática e atualidade. A escolha dessa abordagem permitiu contemplar uma diversidade de perspectivas teóricas e experiências práticas, favorecendo uma leitura crítica e aprofundada do fenômeno estudado.

O presente artigo está organizado em sete seções. Após esta introdução, o segundo capítulo apresenta a metodologia da pesquisa. Em seguida, os capítulos três, quatro e cinco aprofundam a discussão teórica sobre inclusão, tecnologias e práticas pedagógicas na EaD. O capítulo seis expõe os principais resultados e análise crítica do corpus documental. Por fim, o sétimo capítulo traz as considerações finais, apontando contribuições e possibilidades de continuidade da investigação. A organização proposta visa assegurar coerência argumentativa e clareza expositiva ao longo do texto.

2 Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, exploratória e bibliográfica, com base em análise documental de produções acadêmicas sobre inclusão educacional na modalidade de Educação a Distância (EaD). A escolha por esse caminho investigativo se justifica pela necessidade de compreender, por meio da literatura científica, os modos como a EaD tem sido mobilizada para promover práticas inclusivas no contexto do ensino superior brasileiro. Essa escolha metodológica permite captar tendências, lacunas e possibilidades apontadas por pesquisadores que investigam a interface entre inclusão e tecnologias educacionais.

Foram utilizados como descritores para a busca: Educação a distância, Inclusão educacional, Acessibilidade digital, Tecnologias assistivas e Ambientes virtuais de aprendizagem. Esses termos orientaram a localização e seleção de artigos nas bases de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). A combinação dos descritores buscou garantir uma cobertura temática ampla, contemplando diversas dimensões da inclusão na EaD.

A pesquisa é do tipo bibliográfica documental, pois se fundamenta na análise de textos publicados em periódicos científicos, nos quais são relatadas experiências, reflexões e análises teóricas sobre a temática. O recorte se concentrou em publicações dos últimos dez anos, priorizando estudos com interface entre inclusão e EaD. Esse critério temporal visa garantir atualidade e alinhamento com os debates contemporâneos no campo da educação superior a distância.

O processo de coleta de dados se deu em quatro etapas: levantamento dos materiais disponíveis nas bases; triagem com base nos critérios de relevância temática e atualidade; seleção de textos que abordassem diretamente práticas de inclusão na EaD; e leitura analítica das produções selecionadas. A partir disso, foi possível construir um corpus documental representativo da produção acadêmica sobre o tema. O planejamento dessas etapas buscou assegurar consistência metodológica e confiabilidade dos dados utilizados na análise.

A análise dos dados seguiu uma lógica interpretativa e cruzou informações a partir das categorias: recursos pedagógicos e tecnológicos utilizados, estratégias de acessibilidade digital, experiências de estudantes com deficiência e desafios enfrentados na efetivação de práticas inclusivas. A categorização emergiu da leitura atenta dos textos, respeitando a diversidade de enfoques teóricos e metodológicos presentes nas produções. Essa abordagem interpretativa permitiu identificar padrões, tensionamentos e contradições nos discursos analisados.

A seguir, apresenta-se o Quadro 1, com a quantificação dos artigos localizados e selecionados por base de dados:

Quadro 1 – Artigos localizados e selecionados por base de dados

Base de dados	Artigos localizados	Artigos selecionados
CAPES	38	4
SciELO	22	3
Total	60	7

Fonte: Elaborado pelos autores.

A delimitação do corpus permite um panorama amplo e crítico sobre os caminhos, limites e possibilidades da inclusão nos cursos EaD. A diversidade de enfoques encontrados nos textos selecionados contribui para ampliar o olhar sobre as práticas e políticas institucionais voltadas à acessibilidade e equidade na educação superior. A seguir, os próximos capítulos apresentam a discussão teórica e os achados da pesquisa.

3 Caminhos da inclusão: práticas, tecnologias e desafios na EaD

A Educação a Distância, ao romper com as barreiras geográficas e flexibilizar o tempo de estudo, tem se apresentado como uma via de democratização do ensino superior. No entanto, essa democratização só se concretiza quando acompanhada de práticas efetivas de inclusão. Tais práticas exigem o reconhecimento das diferentes realidades dos estudantes e a adoção de estratégias pedagógicas que respeitem suas singularidades. A valorização dessas diferenças é o que permite um processo educativo verdadeiramente transformador.

Estudantes com deficiência encontram na EaD uma alternativa de acesso ao ensino, especialmente em regiões onde a oferta presencial é limitada. Porém, conforme Queiroz (2019), a efetiva inclusão desses estudantes depende da presença de tecnologias assistivas nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) e da observância de padrões de acessibilidade digital. Tais recursos, como leitores de tela, legendas, descrições em áudio e formatos navegáveis, são fundamentais para a autonomia no processo de aprendizagem. Sem esses elementos, a experiência educacional pode se tornar excludente e desmotivadora.

Contudo, o simples uso de tecnologias não garante a inclusão. Como salientam Gubert e Mueller (2020), muitos ingressantes nos cursos a distância apresentam baixo letramento digital, o que os coloca em desvantagem frente às demandas da modalidade. Esse dado revela a urgência de políticas institucionais que acolham esses estudantes desde o ingresso, oferecendo suporte

técnico e pedagógico continuado. A criação de espaços de acolhimento e orientação digital pode fazer diferença significativa na permanência estudantil.

Outro desafio diz respeito à formação docente. Veloso e Mill (2019) apontam que os profissionais atuantes na EaD, embora reconheçam o potencial inclusivo da modalidade, relatam falta de capacitação específica para lidar com a diversidade dos estudantes. A ausência de formação sobre acessibilidade, tecnologias assistivas e desenho universal compromete a qualidade do ensino ofertado. Investir na qualificação contínua do corpo docente é condição para que práticas inclusivas se concretizem no cotidiano pedagógico.

A experiência relatada por Costa (2019) sobre o ensino de violão popular a uma estudante cega, por meio de um curso a distância, evidencia o potencial criativo da EaD quando aliada ao compromisso pedagógico. O uso de materiais sonoros adaptados e de comunicação via redes sociais foi capaz de respeitar o ritmo e as especificidades da aluna, tornando o processo formativo significativo e acessível. Exemplos como esse ilustram que a inclusão é possível quando há disposição para inovar e escutar o estudante.

Entretanto, como destacam Pires e Arsand (2017), a expansão da EaD no Brasil muitas vezes ocorre motivada por questões econômicas, o que pode comprometer a qualidade dos cursos e limitar o alcance das políticas inclusivas. A ausência de investimento em tecnologias, formação docente e estrutura pedagógica pode perpetuar desigualdades sob uma falsa aparência de inclusão. A lógica da mercantilização da educação precisa ser confrontada com uma perspectiva ética e comprometida com o bem comum.

Ao considerar também os aspectos de gênero, Barbosa, Carvalho e López (2018) demonstram que a EaD pode representar um espaço de empoderamento para mulheres, especialmente em regiões rurais. O acesso à formação superior via cursos a distância permite a conciliação entre estudo, trabalho e cuidados familiares, o que historicamente excluiu muitas mulheres da educação presencial. Essa possibilidade amplia horizontes e fortalece trajetórias que antes eram socialmente inviabilizadas.

A articulação entre inclusão, tecnologia e contexto social exige, portanto, um olhar integrado. Oliveira e Silva (2015) reforçam que a EaD deve ser compreendida como um fenômeno que atravessa dimensões culturais, econômicas e políticas. O compromisso com a inclusão vai além da adaptação técnica; requer a escuta ativa das demandas dos estudantes e a construção de ambientes educacionais acolhedores e dialógicos. A construção de políticas educacionais sensíveis a essas múltiplas dimensões é essencial para garantir a equidade.

Ao final deste percurso, fica evidente que os caminhos da inclusão na EaD não são lineares. Eles exigem constante reflexão, revisão de práticas e inovação. No próximo capítulo, será aprofundada a relação entre acessibilidade digital e a arquitetura pedagógica dos cursos, com foco nos mecanismos que facilitam ou dificultam o processo de aprendizagem para estudantes com deficiência. É nesse entrecruzamento entre teoria e prática que a inclusão ganha densidade e potência transformadora.

4 Acessibilidade digital e arquitetura pedagógica na educação a Distância

A arquitetura pedagógica de um curso a distância não se limita ao conteúdo programático, mas inclui a forma como esse conteúdo é organizado, disponibilizado e acessado pelos estudantes.

Quando se trata de inclusão, essa arquitetura deve ser pensada desde o início com base nos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), promovendo acessibilidade digital de forma integral. Essa perspectiva amplia o entendimento da pedagogia digital para além da transmissão de informações, orientando-a como um espaço de mediação cultural e social. Para Oliveira e Silva (2015), esse desenho inclusivo é imprescindível para a legitimação da EaD como espaço de aprendizagem equitativa.

A constituição de um Ambiente Virtual de Aprendizagem acessível deve considerar recursos compatíveis com os padrões internacionais, como o WCAG 2.0 e o eMAG, que viabilizam a participação de estudantes com deficiência visual, auditiva ou motora. Tais recursos, como imagens com descrições alternativas, vídeos legendados e com tradução em Libras, textos digitalizados e plataformas compatíveis com leitores de tela, são elementos fundamentais para a permanência com autonomia no processo educativo. Queiroz (2019) argumenta que a inclusão real depende da observância rigorosa desses padrões de acessibilidade digital.

Mesmo diante dessas diretrizes, permanecem lacunas significativas na formação de docentes e gestores quanto à elaboração de conteúdos acessíveis. Muitos cursos transpostos do modelo presencial para o online mantêm estruturas rígidas e linguagem técnica excludente. De acordo com Mill et al. (2019), esse formato acaba reforçando desigualdades e limita a autonomia dos estudantes com deficiência. A formação continuada, portanto, emerge como eixo estratégico para a superação dessas barreiras pedagógicas e tecnológicas.

A sensibilidade da arquitetura pedagógica às múltiplas realidades dos estudantes deve considerar aspectos como gênero, localização geográfica e condições socioeconômicas. Em contextos rurais, mulheres têm encontrado na EaD uma possibilidade concreta de acesso à formação superior, conciliando responsabilidades familiares e laborais. Barbosa, Carvalho e López (2018) mostram que a flexibilidade de horários e a possibilidade de acesso móvel aos conteúdos ampliam as oportunidades para grupos historicamente excluídos. A acessibilidade, portanto, também se refere à adequação da modalidade às condições de vida dos estudantes.

A presença das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), por si só, não garante a inclusão. É no modo como essas tecnologias são mobilizadas pedagogicamente que reside seu verdadeiro potencial. Pires e Arsand (2017) alertam que, sem mediação pedagógica qualificada, as TICs podem apenas reproduzir desigualdades existentes. Quando orientadas para a aprendizagem ativa, essas ferramentas favorecem diferentes formas de expressão, representação e engajamento dos estudantes.

Soluções pedagógicas simples, como a substituição da grafia musical por códigos numéricos para o ensino de violão a uma estudante cega, revelam o poder da criatividade aliada ao compromisso com a inclusão. Costa (2019) apresenta essa experiência como exemplo de adaptação bem-sucedida na EaD. A elaboração de materiais acessíveis não depende exclusivamente de investimentos tecnológicos, mas da escuta atenta e da adaptação cuidadosa às necessidades específicas dos estudantes.

Entre os aspectos mais valorizados da EaD está a possibilidade de personalização do ensino. A flexibilidade para que cada estudante construa seu percurso de aprendizagem conforme seu ritmo e estilo é uma característica essencial da modalidade. Silva (2017) argumenta que o respeito ao ritmo de aprendizagem e a possibilidade de revisar os conteúdos favorecem tanto

estudantes com deficiência quanto aqueles com trajetórias escolares irregulares. Isso reforça a importância de um planejamento pedagógico centrado no sujeito.

A construção de uma EaD inclusiva exige, portanto, uma articulação coerente entre os recursos tecnológicos disponíveis e as escolhas pedagógicas efetuadas. A acessibilidade digital deve ser considerada um eixo estruturante, e não uma adaptação posterior ao desenvolvimento dos cursos. Conforme defendem Oliveira e Silva (2015), planejar com base na diversidade dos sujeitos é o que assegura a legitimidade da proposta educacional da modalidade e contribui para o fortalecimento de uma cultura institucional inclusiva.

Para compreender como essas diretrizes se expressam em políticas públicas e institucionais, o próximo capítulo analisará os instrumentos normativos e as estratégias adotadas por instituições de ensino superior para garantir a inclusão na EaD. Essa análise visa identificar tanto os avanços quanto os limites das ações desenvolvidas, contribuindo para o fortalecimento de práticas educacionais mais justas e equitativas. A articulação entre teoria, política e prática será central nessa investigação.

5 Políticas de inclusão e compromissos institucionais na EaD brasileira

A consolidação da Educação a Distância como modalidade legítima e estratégica no ensino superior brasileiro está diretamente vinculada ao conjunto de políticas públicas que a fomentaram nas últimas décadas. A criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) em 2006, por meio do Decreto nº 5.800, representou um marco na interiorização e democratização do acesso, ao estabelecer como objetivo a ampliação da oferta de cursos e a formação de professores em regiões historicamente desassistidas. Esse programa articulou instituições públicas e tecnologias educacionais, ampliando significativamente a presença do ensino superior nas periferias do território nacional.

A efetividade das políticas inclusivas depende, no entanto, de mais do que a simples ampliação de vagas. A flexibilidade temporal e espacial da EaD tem ampliado o acesso, mas também evidencia disparidades quando não acompanhada por ações estruturadas de apoio aos estudantes em situação de vulnerabilidade. Veloso e Mill (2019) alertam que a inclusão real requer suporte institucional permanente, políticas de permanência e acessibilidade plena. Sem essas garantias, a EaD corre o risco de reforçar as exclusões que pretende combater.

A Lei Brasileira de Inclusão (nº 13.146/2015) estabelece que todas as instituições de ensino, inclusive as de EaD, devem assegurar condições de acessibilidade em seus ambientes físicos e virtuais. Trata-se de uma obrigação legal e ética que reforça o direito à aprendizagem para todos. Apesar disso, muitas plataformas ainda operam em desacordo com os padrões técnicos recomendados. Queiroz (2019) observa que, ao ignorar normativas como o WCAG 2.0, as instituições comprometem a experiência educacional de estudantes com deficiência, ferindo princípios constitucionais de equidade.

O letramento digital insuficiente de muitos estudantes, especialmente oriundos de escolas públicas, configura outro desafio estrutural. Gubert e Mueller (2020) identificam que a maioria dos cursos não contempla ações de acolhimento ou nivelamento tecnológico. A ausência desses programas compromete o engajamento discente, gera insegurança frente ao uso das plataformas

e aprofunda desigualdades de origem. O cenário exige políticas que reconheçam e enfrentem tais disparidades desde o ingresso no ensino superior.

A expansão da EaD tem sido, em muitos casos, orientada por uma lógica tecnicista e economicista. A maioria das instituições prioriza o crescimento numérico das matrículas e a redução de custos operacionais. Pires e Arsand (2017) argumentam que essa racionalidade enfraquece o compromisso com a qualidade formativa e a mediação humanizada. O foco em metas quantitativas reduz a potência educativa da modalidade, afastando-a de um projeto pedagógico democrático e inclusivo.

Por outro lado, experiências institucionais demonstram que é possível desenvolver práticas consistentes de inclusão. Um exemplo citado por Barbosa, Carvalho e López (2018), na UFPB Virtual, mostra que políticas de formação docente, sensibilidade às questões de gênero e suporte tecnológico articulado resultam em ações efetivas. A inclusão, nesse contexto, deixa de ser apenas uma exigência legal para se tornar uma prática cotidiana de escuta, adaptação e diálogo com os estudantes.

O compromisso institucional com a inclusão envolve também a dimensão ética da formação. Conforme destaca Silva (2017), não se trata apenas de atender exigências normativas, mas de assumir a inclusão como princípio norteador do projeto educativo. Isso implica investir em ambientes acessíveis, formação continuada dos professores e estratégias de acompanhamento personalizadas. A missão institucional ganha densidade quando alinhada à justiça social e ao respeito às diferenças.

A compreensão da inclusão como valor fundante exige sua incorporação plena na missão institucional, e não como política acessória ou eventual. Isso significa integrar as ações inclusivas ao planejamento pedagógico, administrativo e tecnológico das instituições. A centralidade desse compromisso reflete-se tanto na elaboração dos cursos quanto na criação de ambientes de aprendizagem que valorizem a diversidade dos sujeitos.

No capítulo seguinte, os principais achados da pesquisa são organizados em forma de síntese analítica, permitindo visualizar as convergências e tensões entre teoria e prática nos processos inclusivos na EaD. A análise dos dados possibilita compreender os avanços conquistados, os desafios persistentes e os caminhos para fortalecer uma educação a distância verdadeiramente inclusiva e transformadora.

6 Resultados e discussão

A presente pesquisa evidenciou que a Educação a Distância, embora reconhecida como instrumento de democratização do ensino superior, ainda enfrenta desafios significativos para se constituir como espaço plenamente inclusivo. Os dados levantados nas publicações analisadas apontam tanto avanços quanto limites nos processos educacionais voltados a públicos em situação de vulnerabilidade. Essa constatação exige uma análise cuidadosa sobre os fatores que promovem ou dificultam a efetivação do direito à educação no contexto digital.

A partir das leituras realizadas, foi possível identificar quatro eixos principais de análise: (i) barreiras tecnológicas e pedagógicas; (ii) potencial das tecnologias assistivas; (iii) compromisso institucional e políticas públicas; e (iv) protagonismo dos estudantes nos processos de inclusão. Esses eixos se entrelaçam na prática e oferecem uma perspectiva integrada sobre os desafios e

possibilidades que envolvem a inclusão na EaD. Eles também ajudam a sistematizar os achados, permitindo visualizar com maior nitidez os diferentes enfoques adotados pelos autores analisados.

Como mostra o Quadro 2, a análise das produções permitiu comparar como cada texto contribuiu para compreender aspectos específicos da inclusão na EaD. A organização do material por eixo temático revela não apenas a diversidade de abordagens, mas também pontos de convergência e lacunas recorrentes nas estratégias de acessibilidade. O quadro a seguir sintetiza essas contribuições, favorecendo a reflexão crítica sobre os caminhos já trilhados e os que ainda precisam ser construídos:

Quadro 2 – Eixos temáticos identificados nas produções analisadas

Autores	Tecnologias assistivas	Políticas institucionais	Formação docente	Barreiras enfrentadas
Costa (2019)	Sim	Parcial	Sim	Locomoção, material
Queiroz (2019)	Sim	Sim	Não	Design do AVA
Gubert e Mueller (2020)	Não	Sim	Parcial	Letramento digital
Mill et al. (2019)	Parcial	Não	Sim	Modelo pedagógico
Oliveira e Silva (2015)	Não	Sim	Parcial	Desigualdades sociais
Barbosa, Carvalho e López (2018)	Sim	Sim	Sim	Gênero, acesso digital
Silva (2017)	Sim	Não	Sim	Ritmo de aprendizagem
Pires e Arsand (2017)	Parcial	Parcial	Não	Planejamento pedagógico
Veloso e Mill (2019)	Sim	Sim	Sim	Distância geográfica

Fonte: Elaborado pelos autores.

O quadro evidencia que as práticas mais eficazes em termos de inclusão envolvem simultaneamente tecnologias assistivas, políticas institucionais claras e formação docente continuada. Tais elementos, quando integrados, promovem um ambiente de aprendizagem mais equitativo e acolhedor para diversos perfis de estudantes. Estudos como o de Barbosa, Carvalho e López (2018) demonstram que é possível articular esses componentes de forma sinérgica, especialmente quando há sensibilidade às condições sociais e culturais dos sujeitos, como no caso das mulheres em contextos rurais.

Apesar dos avanços identificados, muitos textos ainda indicam uma desconexão entre as diretrizes legais e as práticas implementadas no cotidiano educacional. A ausência de acessibilidade digital nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem, conforme denuncia Queiroz (2019), revela um descompasso preocupante entre os marcos normativos e a efetivação do direito à educação. A falta de compatibilidade com padrões como o WCAG 2.0 compromete a permanência e a autonomia dos estudantes com deficiência, sinalizando uma negligência institucional.

A formação docente surge, nesse contexto, como um ponto central e recorrente. Professores que atuam na EaD nem sempre recebem preparo adequado para lidar com as especificidades da inclusão, o que afeta diretamente a qualidade da mediação pedagógica. Mill et al. (2019)

apontam que essa carência compromete a apropriação crítica das tecnologias assistivas. Silva (2017), por sua vez, ressalta que a ausência de formação específica torna os docentes inseguros para adaptar materiais e propor metodologias acessíveis.

A análise aponta ainda para o protagonismo dos estudantes como fator decisivo nos processos de inclusão. Casos como o descrito por Costa (2019) evidenciam que, mesmo diante de obstáculos estruturais, a autonomia e a persistência dos estudantes operam como motores de transformação. Essa disposição em superar desafios revela o potencial formativo da EaD quando há envolvimento ativo dos sujeitos. No entanto, é essencial reconhecer que esse protagonismo não pode ser interpretado como solução isolada, isentando as instituições de suas responsabilidades.

Por fim, observa-se que a EaD só será efetivamente inclusiva se ultrapassar a perspectiva tecnicista e se afirmar como prática social comprometida com a equidade. Isso implica repensar sua arquitetura pedagógica, os critérios de avaliação e os modos de interação com os estudantes. A construção de uma cultura institucional inclusiva exige investimento, escuta ativa e planejamento coletivo. O próximo capítulo apresenta as considerações finais desta pesquisa, sugerindo caminhos para aprofundamento teórico e ações futuras que possam ampliar os horizontes da inclusão na EaD.

7 Considerações finais

Este estudo partiu da indagação sobre os caminhos e limites da inclusão na Educação a Distância no Brasil, especialmente voltada a estudantes com deficiência e populações socialmente vulneráveis. Ao longo da análise, foi possível identificar que a EaD possui um potencial inclusivo significativo, mas que sua efetivação depende da articulação entre tecnologias acessíveis, mediação pedagógica qualificada e compromissos institucionais consistentes. A reflexão sobre essas dimensões revelou um campo dinâmico, permeado por contradições e possibilidades, que ainda carece de maior aprofundamento.

Os objetivos propostos foram alcançados. Foi possível analisar estratégias utilizadas nos cursos para promover acessibilidade, assim como mapear os principais desafios enfrentados por estudantes em sua trajetória formativa. As evidências apontam que a inclusão não se dá de forma automática com o uso das TICs, sendo necessário pensar a arquitetura pedagógica de forma sensível às diferentes realidades. A análise mostrou que a presença de tecnologias assistivas, por si só, não garante equidade, exigindo um redesenho estrutural do processo educativo.

As contribuições da pesquisa situam-se, sobretudo, no campo da reflexão crítica. Ao reunir dados e experiências de diferentes contextos, o estudo evidencia a importância de se entender a EaD como espaço de disputa: entre práticas excludentes e iniciativas transformadoras, entre economias de escala e políticas de equidade. O reconhecimento dessa tensão é fundamental para que as instituições não naturalizem a exclusão sob a retórica da ampliação de vagas. Ao mesmo tempo, abre margem para que ações de resistência e inovação pedagógica ganhem visibilidade.

Nesse sentido, as políticas públicas de inclusão devem ser mais do que normativas: precisam ser acompanhadas por ações efetivas de apoio aos estudantes, de formação para os docentes e de fiscalização da qualidade dos ambientes virtuais. Mais do que tecnologia, a inclusão exige escuta, sensibilidade e compromisso com a justiça educacional. Cabe às instituições assumir a inclusão como princípio orientador e não como adaptação pontual ou resposta emergencial.

Como possibilidade futura, propõe-se a realização de estudos empíricos que acompanhem, de forma longitudinal, a trajetória de estudantes com deficiência em cursos a distância, analisando os impactos da acessibilidade digital na permanência e no desempenho acadêmico. Além disso, recomenda-se que novas investigações explorem as interseções entre inclusão, raça, classe e território no contexto da EaD, ampliando os horizontes da pesquisa. Tais recortes podem contribuir para a formulação de políticas mais contextualizadas e eficazes.

A educação sem barreiras, como ideal, não se alcança apenas com conectividade, mas com o engajamento político-pedagógico de todos os envolvidos no processo educativo. A construção de uma EaD inclusiva passa pela disposição institucional em revisar práticas, escutar sujeitos historicamente excluídos e reinventar caminhos possíveis. O desafio da inclusão permanece, portanto, como tarefa coletiva, ética e urgente para a educação contemporânea.

Referências

Barbosa, R. C., Carvalho, M. E. P. D., & López, A. M. (2018). Inclusão educacional, digital e social de mulheres no interior da Paraíba: uma experiência na UFPB. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 99(251), 148-171. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/8fKQNpb3htkp7MvMgSkyjwn/?lang=pt>. Acessado em 02 de maio de 2025.

Bokums, R. M., & Maia, J. F. (2018). Educação a Distância (EaD) no Brasil: uma reflexão a respeito da inclusão social. *Diálogo*, (38), 99-111. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Diálogo/article/view/3994>. Acessado em 11 de maio de 2025.

Costa, L. F. N. (2019). EAD, música e inclusão: uma proposta de ensino e aprendizagem do violão popular na modalidade a distância para cegos. *Anais do Encontro sobre Música e Inclusão*, 29-42. Disponível em: <https://ojs.musica.ufrn.br/emi/article/view/25>. Acessado em 06 de maio de 2025.

Gubert, A. L., & Mueller, F. (2020). Letramento Digital: desafios nos cursos de Educação a Distância-EAD. *Revista Multitexto*, 8(1), 30-37. Montes Claros, Brasil: Disponível em: <https://www.ead.unimontes.br/multitexto/index.php/rmcead/article/view/428>. Acessado em 13 de maio de 2025.

Mill, D., Dias-Trindade, S., & Vieira, A. M. D. P. (2019). Educação a Distância: ensino, aprendizagem e inclusão. *Revista Diálogo Educacional*, 19(60), 1-13. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-416x2019000100001&script=sci_arttext. Acessado em 01 de maio de 2025.

Oliveira, A. E., & Silva, E. (2015). A educação a distância e sua contribuição na inclusão social. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/233156603.pdf>. Acessado em 08 de maio de 2025.

Pires, C. S., & Arsand, D. R. (2017). Análise da utilização das tecnologias da informação e comunicação na educação a distância (EaD). *Revista Thema*, 14(1), 182-198. Disponível em: <290-libre.pdf>. Acessado em 10 de maio de 2025.

Queiroz, A. C. (2019). Tecnologias assistivas na educação a distância. *EmRede-Revista de Educação a Distância*, 6(2), 349-359. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/445/0>. Acessado em 12 de maio de 2025.

Silva, M. M. (2017). O Processo de Inclusão nos Cursos de EAD. *Revista Includere*, 3(1). Mossoró, RN: Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/includere/article/view/7406>. Acessado em 07 de maio de 2025.

Veloso, B. G., & Mill, D. (2019). Educação a Distância e inclusão: uma análise sob a perspectiva docente. *Revista Diálogo Educacional*, 19(60), 56-75. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-416x2019000100056&script=sci_arttext. Acessado em 14 de maio de 2025.